

O presidente Getúlio Vargas em pronunciamento na solenidade em que assinou o decreto de aposentadoria para os extranumerários da União (1941).



Brasil: é possível uma reconstrução do Estado para o desenvolvimento?

Wilson Cano

Reproduzo, nesta introdução, a hipótese que usei em outro texto sobre o processo de industrialização na América Latina, que se dá entre 1929 e 1979, a qual sofreu forte inflexão a partir do final desse período¹.

Ela se resume em que, por várias circunstâncias históricas, pudemos e quisemos explorar mais corajosa e inteligentemente a soberania nacional resultante das brechas e contradições externas de quase todo esse período: a Grande Depressão, entre 1929 e 1937; a II Guerra Mundial; o surgimento de uma bipolaridade, com a expansão da ex-URSS; o esforço dos EUA para reconstruir o Japão e a Alemanha; a Guerra Fria; a desaceleração da economia dos EUA, nas décadas de 1960 e 1970 e os *Golden Years* da expansão da Europa e do Japão.

Mas é bom lembrar que a excepcionalidade do período 1929-1979 não significa que estávamos trilhando o almejado caminho do desenvolvimento econômico, que nos pudesse levar, algum dia, a atingir o padrão de vida dos países desenvolvidos. Celso Furtado já havia esclarecido essa questão, em 1974, em seu clássico *O mito do desenvolvimento*. Tentávamos desde os anos 1930, isto sim,

alterar nosso padrão de crescimento via industrialização, como sabiamente teorizou a Cepal, ao final da década de 1940.

Mas a hipótese também significa, infelizmente, que após 1979, os tempos são outros, com muito menos brechas, menos coragem e menos vontade política para um enfrentamento internacional responsável e cooperativo. Ou seja, após 1979, os EUA, secundados pelos demais imperialismos, retomaram as ações mediante as quais nos impuseram o chamado Consenso de Washington, centrado pela dominação da finança internacional. Isso reduziu fortemente nossa soberania nacional e nos impôs – com a aceitação de nossas elites – uma verdadeira ressurreição liberal-conservadora, nossa velha conhecida, hoje porém vestida de “nova” roupagem, a da (falsa) “ida ao primeiro mundo”.

Para o Brasil, o período 1929-1933 representa a ruptura com um passado político liberal e, principalmente, uma radical mudança do processo de acumulação de capital, ou a mudança do *Centro Dinâmico da Economia Nacional*, como disse Furtado, com o que a determinação da renda e do emprego, antes comandada pelas exportações, passava a sê-lo pelo investimento autônomo².

A Crise de 1929 atingiu duramente a América Latina e sua economia primário-exportadora, e com mais intensidade, os países mineiros e Cuba, então dominada, de fato, pelos EUA. A maioria dos demais países sofreu fortes pressões, principalmente dos EUA e da Inglaterra, com a imposição de “acordos” draconianos e elevações tarifárias sobre nossas exportações. A todos atingiu a forte redução da capacidade de importar, a exaustão das reservas e o drástico constrangimento das finanças públicas, o que impediu, de fato,

a continuidade de condução de uma política econômica liberal.

Contudo, a reação e o enfrentamento à crise não foram uniformes³. Venezuela, Equador e América Central mantiveram-se, durante alguns anos, mergulhados na crise, mas aguardando a “volta aos dias de glória” do liberalismo. Brasil, Argentina, México e Chile constituíram o grupo de países que tomaram essa atitude mais rápida, com a substituição de governos liberais, via processos revolucionários ou eletivos, e promovendo rapidamente ousadas alterações na política econômica e na forma de intervenção econômica do Estado Nacional.

O Brasil foi um precursor nessa tarefa. Ela nos exigiu não só uma rápida e efetiva política estatal de defesa da renda e do emprego, mas também a construção de uma política de industrialização, única rota para atenuarmos as incertezas e crises geradas pelo velho “primário exportador” e que nos possibilitaria ingressar em formas econômicas urbanas mais modernas e progressistas⁴. Exigiu, acima de tudo, uma firme vontade política e a ousadia de utilizar o que tínhamos de soberania nacional.

Para tanto, precisávamos construir um novo Estado e redesenhar o painel da política econômica com os instrumentos necessários para aquele mister, entre os quais, a moratória da dívida externa, sempre que necessária, o controle (e a desvalorização) do câmbio, uma nova política de comércio exterior, de crédito, de juros e tributária, além da organização de normas para reger os contratos e o mercado de trabalho e uma mais avançada legislação política, social e trabalhista⁵.

A (re) construção do Estado exigiu também a reformulação ou a criação de inúmeros órgãos:

- uns, de caráter mais geral, como o Conselho Técnico de Economia e Finanças, o Conselho Federal de Comércio Exterior, o famoso Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, a Comissão de Planejamento Econômico, a Superintendência da Moeda e do Crédito, em 1945, e o BNDE em 1952;

- outros, de caráter mais específico, como a Comissão de Financiamento da

Entre 1930 e 1945, com Vargas, pudemos assim avançar a industrialização, graças à inequívoca condução de uma política nacional de desenvolvimento. Entre 1946 e 1950, com Dutra, sofremos uma curta ameaça de um retorno ao liberalismo, a qual, contudo, frente a nosso velho, conhecido e recorrente problema cambial, não teve o fôlego suficiente para anular o muito que avançáramos. Mesmo assim, continuamos o caminho desenvolvimentista.

“O Brasil foi um precursor [na reação à crise de 1929]. Ela nos exigiu não só uma rápida e efetiva política estatal de defesa da renda e do emprego (...). Exigiu, acima de tudo, uma firme vontade política e a ousadia de utilizar o que tínhamos de soberania nacional”.

Solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Servidores Cívicos do Brasil, no dia 27 de outubro de 1951, no Teatro Municipal.



Produção, vários departamentos, comissões ou conselhos de âmbito setorial (café, açúcar e álcool, sal, pinho, mate, cacau, petróleo, minerais, etc.).

Além disso, o Estado teve ainda que formar equipes técnicas para dar conta desse empreendimento vultoso. Construiu assim, uma grande e competente burocracia que administrou o planejamento e a execução dos principais projetos de desenvolvimento.

O retorno de Vargas (1950-1954) deu mais clareza em seus propósitos nacionalistas e industrializantes. A despeito do período em grande parte conflituoso com as forças reacionárias do País, avançamos ainda mais na consolidação da implantação da indústria leve e do preparo da marcha rumo à indústria pesada. Cerceado pela direita, Vargas se suicida em 1954, e seu gesto, tendo tido forte impacto político

sobre as massas populares, certamente conseguiu adiar (para 1964) o golpe tão almejado pela direita.

Durante todo esse processo, o Estado teve não apenas que cumprir com as tarefas acima assinaladas, mas também com a de criar empresários nacionais, pois isso era matéria escassa, pelo menos para os setores modernos que se pretendia implantar. Mais ainda, dada a debilidade do capital nacional e o pouco interesse do capital estrangeiro em nosso desenvolvimento, o Estado teve que assumir também a função primordial de *produtor* de bens e serviços fundamentais a esse processo: energia, transportes, comunicações, educação, siderurgia, petróleo, mineração, etc.

Com JK, entre 1956 e 1960, e com uma situação internacional favorável à emigração do capital forâneo para a periferia mundial, pudemos implantar a primeira fase de nossa indústria pesada e a de bens de consumo durável. As três décadas decorridas exigiram novas adaptações do Estado, da estrutura tributária, do financiamento e da política econômica, que, em que pese alguns conflitos políticos, conseguiu avançar esse processo⁶.

Tudo isso se fez, ainda com uma carga tributária nacional pequena, que havia saltado de cerca de 12% do PIB, na década de 1920, para 15%, na de 1940, e 18% na de 1960. Da estreiteza dessa capacidade fiscal e da debilidade de nosso balanço de pagamentos resultariam maiores pressões inflacionárias ao final do período. A indústria de transformação, entre 1928 e 1962, cresceu à taxa média anual de 7%, seu peso no PIB passou de 12,5% para 26%, e em sua estrutura produtiva, os bens de produção já perfaziam cerca de 40%.

Os conhecidos fatos que transcorrem entre 1958 e 1964, como a crescente participação e manifestação popular em prol

das Reformas de Base, a desaceleração do crescimento econômico e o aumento da inflação reacenderam o reacionarismo no País. O curto governo de Jânio Quadros foi o estopim para a crise política, a suspensão temporária do presidencialismo e a precipitação do golpe contra o governo Goulart, em abril de 1964.

O regime militar, politicamente apoiado nas elites reacionárias e conservadoras e no governo dos EUA, fez as reformas necessárias. Não, contudo, para atender os objetivos sociais e políticos almejados pela reivindicação popular, mas tão somente para desatar as amarras do capital público e notadamente do privado. Deu muito ao capital, e muito pouco ao trabalho, retirando-lhe inclusive direitos trabalhistas conquistados na Era Vargas.

As reformas ampliaram a fiscalidade do Estado, passando a carga tributária a 25% do PIB e introduzindo a correção monetária nos títulos da dívida pública, o que permitiu forte alargamento do gasto público. Com isso, o investimento público (governo mais empresas públicas) cresceu, perfazendo cerca de 60% da formação de capital fixo, passando essa formação a 25% do PIB.

As reformas também causaram profundas modificações no mercado de capitais, dando-lhe maior organicidade e expandindo o mercado financeiro, com a criação do Banco Central e de novas instituições públicas e privadas. Ainda, fez-se uma reforma administrativa e criaram-se novos dispositivos para incentivar exportações e dinamizar e modernizar a agricultura de exportação. Contida a inflação e implantadas as reformas a economia pôde sair da crise e encetar um novo período de elevado crescimento, entre 1967 e 1974, que ficou conhecido como o “milagre brasileiro”⁷.

A despeito do discurso tecnocrático do golpismo, de que o sistema deveria conter a expansão do Estado na economia, nunca houve expansão tão grande de governo e de empresas estatais como a ocorrida no período que se estende de 1965 a 1980.

Entre 1967 e 1980 o crescimento econômico acelerou ainda mais, com a indústria de transformação crescendo à média anual de 9,8% e aumentando sua participação no PIB para 31%, ao mesmo tempo em que os bens de produção já perfaziam cerca de 50% de seu valor adicionado. A pauta de exportações já se diversificara, com a inclusão de vários produtos manufaturados, cuja participação na pauta saltou de 6%, em 1964, para 45% em 1980.

Contudo, o regime militar, no afã de se perpetuar no poder, tentara transformar a economia do País em uma das maiores do mundo – o projeto Brasil Potência – e, para isso, abusou do endividamento externo e descuidou do desequilíbrio do balanço de pagamentos, o que nos traria perversas conseqüências a partir de 1980.

Nesse mesmo momento (fins de 1979), as pressões das grandes potências sobre os EUA para que estes debelassem sua inflação e cuidassem de seu enorme desequilíbrio fiscal e comercial resultaram em violenta retaliação daquele país, com a brusca e forte alteração de sua política fiscal, elevando a taxa de juros, entre 1979 e 1981, de 7% para 21%.

Com essa atitude aparentemente paradoxal, pois eles eram os maiores devedores do planeta, causaram a quebra financeira dos estados nacionais de todos os países endividados, que eram os subdesenvolvidos e alguns países socialistas. Ao mesmo tempo, ampliaram ainda mais seus déficits e, graças à elevação dos juros,

praticamente obrigaram os demais países desenvolvidos a financiá-los, carreando para os EUA enormes fluxos de capital.

Com isso, o dólar voltou a valorizar-se, a economia dos EUA a crescer e o País a recuperar sua hegemonia, antes aparentemente enfraquecida. A valorização do dólar causou desvalorização das demais moedas, aumentando-lhes a competitividade internacional de seus bens e serviços no mercado norte-americano.

A política econômica proposta e imposta pelo FMI aos países devedores foi o clássico e ortodoxo ajuste monetário do balanço de pagamentos, consistindo suas principais medidas em cortes do gasto público, constrangimento salarial, da moeda e do crédito, e câmbio desvalorizado.

Os resultados não se fizeram esperar: recessão, baixo crescimento da renda, do consumo e do emprego, corte de importações, queda do investimento público e privado e elevação dos juros, que contiveram a demanda interna e estimularam fortemente as exportações, nas quais, a partir de 1985, os manufaturados já pesavam 55%. Mas o forte aumento de nossas exportações para aquele mercado foi insuficiente sequer para pagar os juros da dívida, com o que nosso saldo devedor cresceu vertiginosamente.

Como nos ensina a boa teoria, o ajuste não funcionou. O desequilíbrio externo e a inflação aumentaram, a despeito de vários planos de estabilização então aplicados. Acumulamos baixo crescimento do PIB e do emprego e um grande atraso tecnológico, justamente quando o mundo se reestruturava com a revolução microeletrônica. A taxa de investimento despencou para cerca de 17% e a indústria de transformação cresceu, entre 1980 e 1989, à medíocre taxa média anual de 0,9%, caindo sua participação no PIB, para 26%.

O debilitamento fiscal e financeiro do Estado – que reduziu a carga tributária a 23% –, e a alta inflação causaram o abandono da tarefa de pensar e programar o País a longo prazo. Passou a predominar o “curtoprazismo” e o “conjunturalismo”, com a política econômica tornando-se refém do ajuste do FMI. Com isso, iniciou-se também o desbaratamento da burocracia técnica desenvolvimentista.

Mas os maus resultados não se limitaram a isso. O regime descuidou do saneamento básico, do planejamento urbano, do déficit habitacional, da saúde pública e da educação, a qual sofreu forte privatização e desqualificação no período, da qual nos ressentimos até hoje. Dada sua necessidade de cooptar civis para tentar manter o poder, disso resultou uma proliferação do fenômeno da corrupção que passou a permear vários canais da sociedade, além de forte corrosão na ação e no trato da política.

De bom, tivemos a agonia do regime militar e sua transição em 1985, e, graças a uma crescente participação política e conscientização, em 1988 uma nova Lei Magna – a Constituição Cidadã –, que ampliava os direitos políticos e sociais da população.

A longa e complexa crise financeira e o esgotamento do padrão de acumulação da Segunda Revolução Industrial aumentaram ainda mais a concorrência, o risco e a incerteza para o capital privado. Frente a isso, os países desenvolvidos formaram os Grandes Blocos (EUA-Canadá, UE e Japão-Sudeste Asiático), estimulando grandes fluxos de capitais “Norte-Norte” (Estados Unidos, Japão, MCE) durante a década de 1980, mantendo ainda em altos níveis os fluxos para a Coreia e sudeste asiático. Com isso, disseminaram no mundo um novo neologismo – a globalização dos mercados –

vendendo a idéia de que o “paraíso seria para todos”. Mas os fluxos para a África, América Latina e parte da Ásia, praticamente cessaram, aumentando a situação já crítica dessas áreas.

O discurso político da abertura e da globalização resultou também na Rodada Uruguaí e depois na OMC, em mais um engodo aos países subdesenvolvidos, dado que fizemos várias concessões comerciais sobre bens e serviços aos desenvolvidos, ao passo que a expansão prometida de nossas exportações foi menos que proporcional.

As pressões que os Estados Unidos fizeram à América Latina, para integrar-se no projeto da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi mais uma demonstração de suas reais intenções sobre a região. A “nova” crise do México (1995) mostrou a armadilha em que este caiu, ao ingressar no Tratado Norte-Americano do Livre Comércio (NAFTA). Os “estouros” brasileiro e argentino desnudaram ainda mais essa realidade. A miragem de um Mercado Comum para países do Cone Sul (o MERCOSUL) é outra “construção na areia”, face às enormes diferenças estruturais entre seus países membros, à instabilidade macroeconômica e aos percalços neoliberais de suas políticas econômicas.

Adicione-se a isso alguns dos efeitos perniciosos da Terceira Revolução Industrial sobre os países subdesenvolvidos: automatização de máquinas e sucateamento de antigas, alto desemprego, desindustrialização e substituição de insumos nacionais por importados. A reestruturação espúria que tem sido feita nesses países e os “milagrosos remédios” impostos pelas instituições internacionais repetem, exaustivamente, a miragem da cura da estagnação, da instabilidade e da incerteza.

As reformas neoliberais foram impostas à América Latina já a partir de 1987 – fora os precoces e sangrentos intentos na Argentina, Chile e Uruguai, entre 1973 e 1975 – e o Brasil, nesse sentido, foi retardatário, instaurando-as a partir de 1990. O ajuste delas decorrente debilitou ainda mais, fiscal e financeiramente, a maioria dos estados nacionais, duplicando o endividamento externo, e “justificando”, por isso, a “necessidade”

Ordem, conforme os preceitos contidos no chamado Consenso de Washington, com o que abdicamos de nossa soberania nacional, no desenho, implementação e manejo da política econômica⁸.

Esse receituário está assentado para atender, primordialmente, aos interesses da finança internacional, decorrente da crise internacional, que subordinou ao financeiro todas as outras formas de capital, impondo a quebra da soberania

“É preciso, pois, repensar a questão nacional. Não, repito, como uma simples volta ao passado, mas com novos caminhos possíveis para dar continuidade a nosso processo histórico social e transformação progressista da economia e da sociedade nacionais”.



Balcão de inscrições, no antigo serviço de saúde pública (1951).

de ajustes patrimoniais a favor do setor privado.

A ideologia por um Estado mínimo respaldou também as políticas de descentralização, que tentaram transferir atribuições e recursos do poder central aos poderes locais, contendo ainda mais o papel do Estado nacional. Assim, o receituário neoliberal implicou na submissão consentida dos países subdesenvolvidos à Nova

nacional de nossos países, para liberar seu movimento internacional na busca incessante da valorização. Para isso, ressuscitou o liberalismo, preconizando reformas neoliberais que contemplam, fundamentalmente: desregulamentação dos fluxos internacionais de capital, fim dos monopólios públicos, privatização, abertura comercial, previdência social e “flexibilização” das relações de trabalho.

Dado que as grandes empresas transnacionais na década de 1980 já haviam feito sua reestruturação produtiva e comercial em suas bases nos países desenvolvidos, o receituário também foi peça-chave para que elas, na década de 1990, também se reestruturassem em suas bases nos subdesenvolvidos.

As novas políticas de estabilização, diferentes das anteriores, desempenharam papel estratégico para o funcionamento do novo ajuste. No Brasil, implantada entre fins de 1993 e junho de 1994, a política de estabilização (Plano Real) teve como lastro uma elevada valorização da moeda nacional ante o dólar e um ciclópico crescimento da dívida pública interna, inflada por elevados juros reais. A valorização cambial e a abertura comercial resultaram em forte diminuição dos custos dos importados, debilitando as exportações, gerando grandes déficits comerciais e de serviços e contenção da inflação.

A política de estabilização e as reformas constituem um todo articulado para permitir a plena funcionalidade do modelo:

- ampla liberdade ao capital (estrangeiro ou nacional) financeiro para obter elevados ganhos setoriais e regionais, pelo baixo valor dos ativos públicos e privados adquiridos, pela especulação bursátil e da dívida pública; pelas tarifas públicas mais elevadas após a privatização, e pela maior remessa de lucros e de juros. A justificativa foi a de que, com isso, o capital externo não só financiaria nosso “passageiro” desequilíbrio externo como a retomada do nosso desenvolvimento;

- a reforma do sistema financeiro nacional, necessária para compatibilizar a velocidade exigida pelos novos fluxos externos e pela diversificação que então se operaria nos mercados financeiros;

- a abertura comercial e de serviços, via forte redução tarifária e não tarifária e valorização cambial, que sancionou enxurradas de importações e gastos internacionais, e enfraqueceu ainda mais o capital nacional, dada nossa menor capacidade de concorrer em igualdade com o capital internacional;

- flexibilização das relações trabalho-capital, para diminuir ainda mais o já baixo custo do trabalho, adequar contratos ao novo *timing* da tecnologia e debilitar as estruturas sindicais;

- as reformas previdenciárias, para criar mais um importante flanco de mercado para o capital financeiro e abrir maior espaço no orçamento público para os juros das dívidas públicas interna e externa;

- a reforma do estado, para desmantelar suas estruturas, diminuir seu tamanho e sua ação, eliminar órgãos públicos, reduzir salários reais dos funcionários, privatizar ativos públicos, desmantelar os sistemas de planejamento e de regulamentação;

- os estados subnacionais (governos estaduais e prefeituras) que também estavam fortemente endividados e com sua fiscalidade debilitada, foram obrigados a negociar suas dívidas com o governo federal, comprometendo por 30 anos parte de suas receitas com o pagamento compulsório de amortizações e juros. Alguns conseguiram, através de duros cortes em gastos correntes e investimentos, sanear suas finanças. Contudo, a maioria não usou essa nova situação para políticas sociais e sim para conceder subsídios de várias modalidades ao setor privado, ampliando assim a guerra fiscal.

Com as medidas do Plano Real, a inflação foi contida em níveis baixos, mas à custa de elevado crescimento das dívidas externa e interna e de forte perturbação da produção nacional. Ocorre que para

manter um alto fluxo de importações e de outros gastos externos, que aumentam aceleradamente à medida que o PIB cresce, há necessidade de altos, crescentes e persistentes fluxos de capital estrangeiro, forte endividamento externo e interno, contaminando as contas públicas, uma vez que a taxa de juros tem que ser muito alta e seu montante, crescente. “Torramos”, entre 1990 e 2003, nada menos do que US\$ 185 bilhões, em saldos negativos de transações correntes, o que fez com que nossa dívida externa saltasse de US\$ 123 bilhões para US\$ 235 bilhões e nosso passivo externo subisse para cerca de US\$ 400 bilhões.

Qualquer movimento internacional que sensibilize a finança internacional ou a deterioração visível do balanço de pagamentos e das contas públicas, provoca um freio na entrada de capital, uma crise cambial e uma recessão. Com isso, o câmbio se desvaloriza, as importações são em parte contidas, e as exportações, estimuladas. Porém, a taxa de crescimento do PIB cai, só retomando níveis mais altos, quando a “festa” de gastos internacionais pode se reiniciar.

O investimento não retomou seus níveis (altos) anteriores: o público, porque não há nem política de desenvolvimento, nem, muito menos, recursos, haja vista que o montante dos juros se agigantou no orçamento público; o privado, dada a incerteza do movimento da economia e os elevados juros internos. Assim, o crescimento é ciclotímico, resultando numa taxa média anual tão medíocre quanto a observada na década anterior. Por exemplo, nos 18 anos do período 1988-2006, somente em quatro deles nosso PIB teve taxas acima de 4%; negativas em dois; e menores que 2%, em seis⁹.

Após a crise cambial de 1999 e a “ressaca” que se estende até 2003, o quadro

só não piorou ainda mais dado o grande incremento na liquidez internacional e a forte expansão das importações mundiais estimuladas pelo “efeito China”, que permitiram crescimento um pouco maior no último triênio. Ainda assim, cabe lembrar que a taxa de inversão, embora tenha subido um pouco, situa-se em torno de 19%; que o montante de juros no orçamento público, que tem girado em torno de 7% do PIB, só é adimplente graças ao brutal aumento da carga tributária, que dos 28% em 1990 saltou para cerca de 35% do PIB; o crescimento médio anual da indústria de transformação, entre 1989 e 2006, foi de medíocres 1,8%, caindo sua participação no PIB para cerca de 20%, num inequívoco processo de desindustrialização.

Mas as exportações, agora ainda mais estimuladas pelo “efeito China”, põem a nu nossa desindustrialização, mostrando que a participação dos produtos básicos e a dos manufaturados, que em 2000 atingiram, respectivamente, 23% e 59%, regrediu, em 2006-2007, para cerca de 30% e 53%. Por outro lado, entre os produtos industrializados exportados, a expansão de seu valor se deu naqueles de menor valor agregado por produto e de menores níveis de intensidade tecnológica¹⁰.

A Constituição Cidadã de 1988 foi desfigurada ao longo dos últimos anos, com várias emendas que abriram os monopólios públicos; através de artifícios legais, rescentralizaram no governo federal a fiscalidade que havia sido descentralizada para os governos subnacionais; retiraram direitos previdenciários; concederam reeleição a cargos do Poder Executivo; e desobstruíram alguns entraves ao livre ingresso e saída do capital forâneo, coisa que uma nação digna desse nome decente precisa manter.

Para “aperfeiçoar” o ataque ao Estado nacional, o receituário neoliberal recomendou a criação de agências reguladoras em substituição ao papel conferido pela Constituição ao Poder Executivo. Foram criadas várias, nos campos do petróleo, da energia, das telecomunicações, da água, da aviação comercial e outras. O pretexto de melhor regulamentar esses setores – principalmente os privatizados e privatizáveis – encobriu o óbvio ululante: são órgãos com mandato de diretorias concedidos pelo Congresso, dificilmente removíveis e que, na verdade, servem de anteparo entre o público e o privado.

Têm servido, basicamente, para assegurar um caminho mais suave e profícuo ao lucro privado do que atender à fiscalização do setor público. Os escândalos atuais sobre recentes desastres e fatos de corrupção na aviação comercial, logros aos consumidores, tarifas escorchantes, já são mais do que suficientes para demonstrar o erro de suas criações e a necessidade de extingui-las.

Finalizo este pequeno artigo em agosto de 2007, quando um novo vento perturbador começa a sacudir os mercados

financeiros do mundo todo. Será apenas mais uma nova, passageira e “administrável” crise; uma repetição das de 1995, 1997, 1998 e 2001; ou uma de proporções mais graves e duradouras?

A História sempre nos pode ser útil, não para reproduzi-la, mas para repensar suas lições. Não esqueçamos que em 1929 éramos uma economia primário-exportadora, também tínhamos elites conservadoras e nosso Estado tinha uma estrutura absolutamente inadequada para um projeto de industrialização. A crise superou tudo isso, com a Revolução de 1930, um Estado que se reestruturou e uma corajosa política nacional de desenvolvimento.

É preciso, pois, repensar a questão nacional. Não, repito, como uma simples volta ao passado, mas com novos caminhos possíveis para dar continuidade a nosso processo histórico social e transformação progressista da economia e da sociedade nacionais. E, repetindo Furtado, preservar e incentivar a cultura e a criatividade nacionais, tão necessárias a esse mister. Mas para isso, será fundamental a reconstrução do Estado nacional.

Notas

¹ O texto está no capítulo 1 do livro: CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. UNESP: São Paulo, 2000.

² Conforme o seu clássico *Formação econômica no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, especialmente os capítulos 30-32.

³ Ver a respeito SEERS, D. *Inflación y crecimiento: Resumen de la experiencia en América Latina*. Cepal, *Boletín Económico de América Latina*, v.VII, n.1, Santiago, 2/1962.

⁴ Sobre a política de defesa ver CANO, W. *Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização*, 2002. In: CANO, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*, Ed. Unicamp, 2002.

⁵ Sobre o tema, embora exista ampla bibliografia, restrinjo-me a algumas das quais, por sua vez, contemplam referências detalhadas. Ver, em especial: DINIZ, E. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil, 1930-45*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, e DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil (1930/1960)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

⁶ Para esse período ver LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1975. (Cadernos do Inst. Fil. Ciências Humanas).

⁷ Sobre as modificações do papel do Estado e sua participação na economia, ver MARTINS, L. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 e BAER, W.; KERSTENETZKY, I.; VILLELA, A.V. *As modificações do papel do Estado na economia brasileira*. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro: IPEA, dezembro de 1973.

⁸ Para uma análise dessas reformas e de seus efeitos na América Latina e Brasil, ver CANO (2000).

⁹ É bom lembrar que as taxas médias mais altas do período 2004-2006 se devem, substancialmente, ao excepcional comportamento das exportações, estimuladas pelo “efeito China”.

¹⁰ Ver a respeito, Carta do IEDI nº 272, de 16 de agosto de 2007. Disponível em <www.iedi.org.br>.

Wilson Cano.

É doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Campinas. Contato: <wcano@eco.unicamp.br>